

CALENDÁRIO ELEITORAL E GESTÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE CONTABILOMÉTRICA DAS DESPESAS MUNICIPAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DE 1998 A 2006

ELECTORAL AGENDA AND PUBLIC MANAGEMENT: AN ECONOMETRIC ANALYSIS OF MUNICIPAL EXPENDITURES IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO DURING 1998-2006

KLEBER VASCONCELLOS DE OLIVEIRA

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Contador do Banco Central do Brasil. E-mail: kleber.uerj@ig.com.br.

FREDERICO A. DE CARVALHO

Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Louvain. Professor associado na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: fdecarv@gmail.com

MARINA FILGUEIRAS JORGE

Mestre em Economia pela UERJ. Analista do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). E-mail: marina_filgueiras@yahoo.com.br

MARCELINO JOSÉ JORGE

Doutor em Engenharia de Produção pela UFRJ. Coordenador do Laboratório de Pesquisa sobre Economia das Organizações de Saúde do Instituto Nacional de Infectologia da Fiocruz. E-mail: marcelino.jorge@ipecc.fiocruz.br

Endereço: Rua Rugendas, 521 - casa, Freguesia - Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ CEP 22.745-045.

Recebido em: 08.03.2013. Revisado por pares em: 08.03.2014. Aceito em: 10.11.2014. Avaliado pelo sistema *double blind review*.

Resumo: Nesta pesquisa se testa a influência do calendário eleitoral sobre o orçamento público para uma amostra de municípios no estado do Rio de Janeiro. O objetivo deste estudo é estimar o efeito de variáveis contábeis, político-partidárias e eleitorais sobre o comportamento dos prefeitos de acordo com o exposto nas contas municipais. Com base na revisão de literatura, constroem-se e estimam-se diversas equações para uma amostra em painel para o período de 1998 a 2006, composta por 40 municípios fluminenses. Depois de um teste econométrico, necessário em casos em que haja ausência de dados, os resultados indicam que o calendário eleitoral exerce influência significativa sobre o comportamento dos prefeitos. Em alguns casos, o partido do prefeito também afeta os gastos municipais. Assim, é possível inferir um significativo efeito de coincidência partidária entre cargos executivos, revelando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre níveis de governo.

Palavras-chave: Calendário eleitoral. Gestão municipal. Brasil. Contabilidade pública. Dados em painel.

Abstract: *The paper develops and tests a model of political cycles for municipal management as related to electoral agenda during 1998-2006. Panel data on forty municipal units in the state of Rio de Janeiro are used to estimate several equations depicting specific municipal effects. Results have been submitted to an econometric test that is needed in cases where some data may be missing. Findings indicate that the electoral agenda exerts a significant impact upon mayors' behavior. In some cases the mayor's party affiliation has impacted upon municipal expenditures. The main conclusion points out that a significant effect of party coincidence may be seen as a sort of “fiscal adjustment agreement” among government levels.*

Keywords: *Electoral agenda. Municipal management. Brazil. Public accounting. Panel data.*

1 INTRODUÇÃO

Desde a década dos anos 50, uma hipótese explicativa muito aceita acerca do comportamento resultante do modelo dos ciclos políticos postula que o ambiente eleitoral influencia e é influenciado pelo desempenho da economia em um país (SALVATO *et al.*, 2007). Por exemplo, às vésperas de uma eleição, um governante dificilmente anunciaria medidas que poderiam desagradar os eleitores, como um aumento de impostos, por exemplo.

No caso brasileiro, nem sempre a disponibilidade de dados sobre gestão pública ajuda na formulação de modelos empíricos, especialmente quando se trata de dados referentes aos níveis mais desagregados, como é o caso dos municípios. Nesses contextos de informação limitada, qual a relação entre dados disponíveis e recursos técnicos sofisticados? Deve-se ficar restrito a dados disponíveis apenas para os municípios mais “ricos” ou mais envolvidos com a gestão baseada em evidência?

A questão a ser investigada no presente estudo, com base na análise das contas municipais fluminenses entre 1998 e 2006, é: qual a influência do calendário eleitoral sobre o comportamento dos prefeitos fluminenses no período 1998 a 2006? O objetivo desta pesquisa é analisar a influência do calendário eleitoral sobre o comportamento dos prefeitos fluminenses no período de 1998 a 2006.

Do ponto de vista metodológico é interessante investigar mais duas questões: a) como a utilização de um teste estatístico pode apoiar a análise sobre manipulações eleitoreiras nos municípios do estado do Rio de Janeiro? e b) qual a relação entre essa utilização e a disponibilidade de dados estatísticos?

Além do aspecto metodológico, a pesquisa pretende contribuir para a literatura empírica a respeito dos ciclos eleitorais no Brasil. Até recentemente a utilização de dados da contabilidade governamental estava praticamente ausente nos estudos sobre ciclos eleitorais, que normalmente tratam de agregados macroeconômicos, especialmente os relativos às finanças públicas tradicionais. Em particular, não é possível identificar, na revisão bibliográfica exposta na seção seguinte, estudo semelhante analisando especificamente os municípios do estado Rio de Janeiro.

Este artigo está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução: a segunda traz uma breve exposição sobre os fundamentos teóricos do tema; a terceira expõe os procedimentos metodológicos; a quarta apresenta os resultados obtidos e analisados; e a quinta traça algumas considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção discutem-se brevemente, na primeira subseção, os modelos de ciclos políticos e, na segunda, duas alternativas de especificação para modelos contabilométricos usando dados em painel. Na terceira subseção expõem-se algumas abordagens empíricas do orçamento cíclico, bem como referências para o caso brasileiro.

2.1 CICLOS POLÍTICOS E “COMPORTAMENTO OPORTUNISTA”

A literatura sobre ciclos políticos analisa de que forma a ideologia dos governantes e sua expectativa de reeleição influenciam a evolução da economia. Por exemplo, segundo Nordhaus (1975), políticos podem ter comportamento “oportunistas” no sentido de procurar estimular a economia às vésperas de eleições, a fim de aumentar sua probabilidade de reeleição. Logo após o pleito, porém, procuram eliminar eventuais efeitos negativos (digamos, um surto de inflação) resultantes dessa “manipulação”, arriscando-se mesmo a provocar alguma recessão econômica. Implicitamente, para Nordhaus, os eleitores seriam “míopes” e teriam memória curta em relação a questões macroeconômicas, permitindo que os *policymakers* escolham a evolução dos agregados e, ao mesmo tempo, manipulem essa evolução nas proximidades das eleições.

O trabalho de Hibbs (1977) incorpora a variável “ideologia partidária”, considerando que os partidos políticos querem manter-se no poder e implementar suas ideologias e argumentando que cada partido político tentará implementar políticas que visem beneficiar aquele grupo de eleitores que o apoiaram. Seguindo essa linha, Borsani (2003) conclui que, na América Latina (no período 1979-1998), a taxa de desemprego observada durante governos de esquerda e de centro foi relativamente inferior àquela observada durante governos de direita, confirmando a previsão empírica de Hibbs (1977).

A partir de meados da década de 1980, impulsionados pelo sucesso da hipótese das expectativas racionais nas ciências econômicas, diversos autores passam a levar em consideração a possibilidade de que os eleitores sejam “racionalistas”. A suposta racionalidade do eleitorado exigiu a reformulação do modelo de Nordhaus, surgindo trabalhos que procuram

conciliar a hipótese de “políticos oportunistas” com a existência de “eleitores racionais”. Esses trabalhos postulam que, embora todos sejam “oportunistas”, os governos diferem pelo nível de competência que sinalizam para o eleitorado, ou seja, os eleitores analisam a competência do governante a partir da sua maneira de administrar a máquina pública, determinando a competência depois de observarem os resultados econômicos das políticas implementadas. Para Ferreira e Bugarin (2006), a prevalência de informação incompleta entre os eleitores proporciona ao político “competente” o incentivo de, antes da eleição, distorcer a evolução dos agregados de modo a aumentar a probabilidade de sua reeleição. A natureza cíclica da política decorreria, portanto, da existência de assimetria na informação sobre a competência dos governantes.

Nesse contexto emergiu uma segunda fase da teoria dos ciclos políticos (agora denominada *political budget cycles theory*), em que os *policymakers* estariam preocupados em “sinalizar seu perfil” para o eleitorado. Por exemplo, Rogoff e Sibert (1988) supõem que o governo deva fornecer um montante fixo e observável de bens públicos, sendo sua competência avaliada pelo montante de impostos que cobram para fornecê-los. Os autores demonstraram que todos os governantes, exceto os menos competentes, diminuem os impostos de forma distorcida na véspera das eleições para deixar transparecer sua competência. Já no modelo de Rogoff (1990), que enfatiza a composição das despesas públicas em vez das receitas, os governantes sinalizam a competência aumentando as despesas públicas em bens e serviços e em transferências, mas diminuindo o investimento público, uma vez que este só se torna visível em períodos posteriores.

No final dos anos 1980, outra vertente dos ciclos políticos questionou essa interação entre *policymakers* e eleitores. Representada, principalmente, nos trabalhos de Alesina (1987) e Alesina e Sachs (1988), essa vertente acredita ser necessário levar em conta algo além do fato de que os eleitores são plenamente racionais e de que os partidos políticos, uma vez no poder, direcionam seus governantes a implementar suas ideologias partidárias. Esse algo mais é caracterizado pela incerteza sobre as preferências dos eleitores: os partidos políticos podem apresentar projetos distintos, mesmo que disponham das mesmas informações sobre a preferência do eleitorado, porque não há completa certeza acerca daquelas preferências. Não sabendo que partido estará no poder, os eleitores formam suas expectativas a partir da probabilidade de cada partido ganhar a eleição (por exemplo, levando em conta os resultados anunciados de pesquisas sobre intenção de voto). Assim, é a presença de determinado partido político no poder que justifica a condução da política econômica ou fiscal, deixando à margem a questão cíclica (“oportunista”). Nesse caso, quanto mais inesperado for o resultado da eleição, maiores poderão ser as flutuações econômicas.

2.2 ESPECIFICAÇÃO DA EQUAÇÃO PARA DADOS EM PAINEL

Dados em painel se referem a uma combinação de medidas sobre um conjunto de indivíduos (unidades de observação) ao longo de um período de tempo. De acordo com Kennedy (1998, p. 231), a estimação com dados em painel permite controlar o efeito da heterogeneidade entre indivíduos, aliviar o efeito do viés de agregação e melhorar a eficiência dos estimadores ao usar dados com maior variabilidade e menor colinearidade, contemplando, então, a modelagem de situações (comportamentalmente) mais complexas.

No caso da regressão linear, a maneira mais simples de especificar um modelo para representar dados em painel se traduz em escolher dentre alternativas sobre a influência específica de cada unidade amostral sobre o comportamento do intercepto da equação. Quando há N indivíduos e T períodos de tempo, pode-se escrever:

$$y_i = \iota_T \beta_1 + X_{si} \beta_s + \mu_i \iota_T + \varepsilon_i, \text{ para } i = 1, 2, \dots, N; \quad (1)$$

em que y_i é o vetor $T \times 1$ que contém as observações sobre a variável dependente; ι_T é o vetor-soma $T \times 1$; β_1 é uma constante; X_{si} é a matriz $T \times (k - 1)$ que contém as observações sobre as variáveis independentes; β_s é o vetor-coluna $(k - 1) \times 1$ que contém os coeficientes; μ_i é uma constante que pode depender de i ; e ε_i é o termo de erro aleatório.

As duas escolhas mais comuns são denominadas efeitos fixos e efeitos aleatórios (ou *error components*) e ficam perfeitamente definidas pela escolha sobre a natureza do termo μ_i . No primeiro caso, μ_i é considerado constante para cada i e pode ser absorvido em β_1 . No segundo caso, os μ_i são tratados como uma amostra proveniente da população dos indivíduos e podem ser considerados como parte do termo de erro. Enquanto que o modelo de efeitos fixos pode ser estimado por mínimos quadrados ordinários (MQO), com a ajuda de *dummies* apropriadas, a estimação com efeitos aleatórios deve recorrer aos mínimos quadrados generalizados estimados (“*Estimated Generalized Least Squares*”, cf. JUDGE et al., 1988, p.

489), fazendo-se as hipóteses adequadas sobre a distribuição de μ_i para que a não esfericidade do erro composto $\mu_i \iota_T + \varepsilon_i$ seja tratável (JUDGE *et al.*, 1988, p. 480; KENNEDY, 1998, p. 227).

Qual das duas formulações é “melhor”? Um teste, devido a Hausman (KENNEDY, 1998; JUDGE *et al.*, 1988), pode ser usado para verificar se o modelo de efeitos aleatórios é adequado, mas ainda não responde a pergunta. Uma vez que esse teste está disponível na maioria dos pacotes mais recentes, bastaria apertar uma tecla para decidir? A resposta de Kennedy (1998, p. 227) é: isso depende não apenas da natureza dos dados (o que o teste supostamente “descobriria”), mas também de como os dados serão usados.

A principal consequência da adoção do modelo de efeitos fixos é que as inferências sugeridas pelo exercício estão condicionadas à amostra (JUDGE *et al.*, 1985, p. 527), no caso presente aos municípios que compõem a amostra. Ademais, seguindo Avellaneda (2009), uma vantagem desse modelo é capturar efeitos capazes de distinguir entre os municípios, embora devidos a variáveis “desconhecidas”, ou seja, efeitos que não foram diretamente observados ou mensurados através das variáveis independentes presentes na especificação das equações. Além disso, a autora lembra que, ao contrário do modelo com efeitos aleatórios, com efeitos fixos não é preciso impor sua correlação nula com as variáveis independentes.

Em resumo, ao aceitar a limitação da inferência condicional à amostra, a adoção do modelo de efeitos fixos dispensa a aplicação preliminar do teste de Hausman. Alternativamente, se se dispuser de dados suficientemente exaustivos sobre a população, o modelo de efeitos fixos é razoável (SAKURAI, 2004; SAKURAI, GREMAUD, 2007).

Se, por alguma razão, for desejável fazer inferências sobre todos os membros da população a partir de uma amostra, passa a não ser adequado o modelo de efeitos fixos, apesar de sua enorme facilidade de aplicação (como uma regressão utilizando *dummies* para $T - 1$ períodos de tempo e $N - 1$ indivíduos). Os indicadores usuais sobre a qualidade de uma regressão mais o teste de Hausman podem indicar a aplicabilidade dos efeitos aleatórios, cuja vantagem sobre especificações ainda mais complexas é a economia em termos de graus de liberdade (KENNEDY, 1998, p. 227).

Quando se trabalha com dados sobre entidades públicas, no caso de contextos como o brasileiro, sempre será muito conveniente poder fazer inferências a partir de amostras, visto que a disponibilidade de dados depende da capacidade de produção de estatísticas, muito variável entre as organizações públicas brasileiras e, muito provavelmente, decrescente com o nível de governo. Nesses contextos, então, a aplicação dos testes adequados não é mero virtuosismo técnico ou simples providência computacional, mas pode ser o único caminho para tratar o caso de dados inexistentes.

2.3 COMPORTAMENTO CÍCLICO DO ORÇAMENTO PÚBLICO: ASPECTOS EMPÍRICOS E O CASO BRASILEIRO

Um estudo pioneiro sobre o impacto do ciclo político sobre o orçamento público local foi realizado por Kalchheim e Rozevitch (1990) para Israel. Recentemente, Pettersson-Lidbom (2003) examinou dados sobre municípios suecos, enquanto que Galli e Rossi (2002) analisaram os ciclos políticos para o caso das *Länder* alemãs no período 1974-1994, confirmando que a proximidade de eleições estimula ciclos oportunistas no gasto público. Mais recentemente, Veiga e Veiga (2007, 2004) estudaram o caso dos municípios portugueses.

Vale destacar alguns trabalhos empíricos que abordam essa temática para tratar dados sobre o setor público brasileiro.

Em estudo pioneiro, Meneguín e Bugarin (2001) haviam introduzido a variável “dívida consolidada líquida”, deixando aberta a via para análises que tratem mais diretamente de variáveis relacionadas à contabilidade governamental.

Ferreira e Bugarin (2006) utilizaram a metodologia de dados de painel com efeitos fixos, controlando possíveis efeitos decorrentes de tendência temporal e ciclos eleitorais, para uma amostra de 617 municípios. Os autores analisaram o papel das transferências voluntárias (transferências correntes dos estados, somadas a transferências de capital dos estados) no resultado das eleições municipais no Brasil no período de 1998 a 2002. Foram encontradas evidências de ciclos eleitorais, sobretudo nas eleições estaduais: nos anos de eleição, um governador, provavelmente na tentativa de receber apoio dos prefeitos, aumenta a quantidade de recursos destinada a transferências voluntárias para os municípios. Mesmo com a possibilidade de o prefeito ser percebido como “incompetente” (choque de aparência desfavorável), o eleitorado poderá reelegê-lo, dependendo do montante recebido de transferências voluntárias. O inverso também pode ocorrer: ainda que o prefeito seja visto como “competente” (choque de aparência favorável), o eleitor poderá preferir um oponente. Utilizando ainda a mesma metodologia, Ferreira e Bugarin (2006) estenderam a amostra para 2090 municípios brasileiros, aumentando também o período de análise para os anos de 1999 a 2004, e ratificaram os resultados anteriores.

Sakurai (2004) e Sakurai e Gremaud (2007) analisaram o comportamento fiscal de 572 municípios do estado de São Paulo ao longo de 13 anos (1989 a 2001), cobrindo três eleições, também aplicando a metodologia de dados em painel. Foram analisadas

diversas variáveis de despesa mais a receita orçamentária. Os autores consideraram as despesas efetivamente executadas e não as fixadas na lei orçamentária. Além disso, empregando equação semelhante à utilizada por Meneguim e Bugarin (2001) e Cossio (2001) para dados em painel, aqueles autores incluíram dummies para os partidos políticos, a fim de analisar a influência da ideologia partidária sobre o comportamento das despesas. Também foi considerada a hipótese de coincidência entre os partidos do prefeito e do governador, a fim de avaliar potenciais efeitos (sobre as despesas) da coincidência partidária entre níveis de governo.

Finalmente, Silveira (2007) construiu um painel não balanceado de municípios brasileiros para analisar, no período 1997 a 2004, o comportamento cíclico de algumas variáveis orçamentárias, com foco na evolução temporal do mandato dos prefeitos e na competição eleitoral vigente nos diferentes pleitos. Uma vez que a possibilidade de manipular estrategicamente a execução orçamentária municipal está limitada pelos recursos, Silveira (2007) usou um filtro de tamanho populacional. Na época em que escreveu, o autor acreditava haver poucos estudos dedicados a investigar a influência dos ciclos eleitorais sobre as decisões de política econômica no Brasil.

De acordo com Nascimento, Santo e Lunkes (2010), após os trabalhos de Oliveira (2008) e Oliveira *et al.* (2009), seguiram-se outros estudos que também focalizaram variáveis contábeis e comportamento de prefeitos face ao calendário eleitoral. Mais recentemente, vários autores trataram mais ou menos diretamente desses temas, estendendo e ampliando os focos anteriores (RIBEIRO FILHO; MARCELINO, 2011; AMARAL; LIMA, 2012; PEREIRA; CORDEIRO FILHO, 2012; SILVA, 2012; SILVA; FARONI, 2012; SILVA; CRUZ; IRFFI, 2012; VELOSO; BORNHOLD, 2012; VICENTE; NASCIMENTO, 2012).

O presente estudo acompanha a linha de investigação desses autores, retomando, de um ponto de vista contabilométrico, a estimação de efeitos dos ciclos eleitorais sobre variáveis contábeis relativas à gestão pública municipal. Uma abordagem semelhante, que utiliza uma amostra nacional de municípios e outros testes, pode ser vista em Veloso e Bornhold (2012).

Todas essas possibilidades sugeridas na literatura serão exploradas na escolha das variáveis que comporão a forma funcional da equação definida a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fonte de dados para a análise empírica é o banco de dados disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2014a), que trata das Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios (Finbra). Os valores correntes foram transformados em valores reais de 2006 por meio do deflator implícito do PIB. As variáveis contábeis e fiscais foram transformadas para valores *per capita*, a fim de atenuar eventuais distorções nos resultados devido a diferenças de “tamanho” entre os municípios. Essa providência pode ajudar a reduzir problemas de heteroscedasticidade.

Os dados políticos foram obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral – TSE (BRASIL, 2014b). Para a variável que indica se o prefeito pertence ao mesmo partido do governador, foram consideradas todas as mudanças de partido ocorridas no governo do estado, exceto a mudança ocorrida em 2002, quando a então vice-governadora, Benedita da Silva (PT - RJ), assumiu, por cerca de oito meses, o governo do estado do Rio de Janeiro.

O objetivo de analisar o efeito do calendário eleitoral sobre agregados municipais não recomenda nem a utilização exclusiva de dados em corte transversal (*cross section*), nem de dados de séries temporais, ainda mais que o tamanho da amostra foi de apenas 40 observações (municípios) por ano, para cada um dos nove anos do período 1998-2006. Esse número equivale ao número máximo de municípios para os quais se dispunha de dados completos sobre todas as variáveis presentes nas equações, para cada ano do período, constituindo a chamada amostra balanceada. Assim procedendo, se evita o recurso a *softwares* menos disponíveis, capazes de tratar o caso não balanceado.

Para proceder à análise empírica dessas questões utilizou-se, então, a metodologia de dados em painel (*panel data*), que combina aqueles dois tipos de dados, discutida na seção anterior. Foram estimadas equações de regressão múltipla correspondendo a duas classificações da despesa municipal - despesas por natureza ou por categoria econômica (despesa orçamentária total, corrente, com pessoal e encargos e com investimentos).

A variável “receita orçamentária” foi utilizada como variável explicativa visto que os possíveis impulsos de despesa realizados pelos *politymakers* podem ser explicados pelo aumento no volume da receita arrecadada. A variável “resultado financeiro” também foi analisada como variável explicativa.

Em resumo, emprega-se a regressão linear para investigar a relação entre o gasto e seu financiamento, expresso pelas variáveis “receita orçamentária” e “resultado financeiro”. A forma funcional adotada se assemelha à utilizada em Pettersson-Lidbom (2003), que analisou 288 municípios suecos entre os anos de 1974 e 1988, e em Sakurai (2004) e Sakurai e Gremaud (2007), que analisaram o comportamento fiscal de 572 municípios do estado de São Paulo entre os anos de 1989 e 2001, também utilizando a abordagem de dados em painel.

Tendo em mente que o objetivo principal do trabalho é propor um modelo para captar o efeito do calendário eleitoral sobre certas variáveis do orçamento municipal, entendidas como “comportamento” dos prefeitos fluminenses, a forma funcional para a equação de regressão linear múltipla leva em conta, além das variáveis contábeis, variáveis relativas a questões partidárias e *dummies* de ano cronológico, para reconhecer, quando couber, a influência do ano eleitoral. A rigor, a especificação escolhida não vai captar a dinâmica dos “ciclos políticos” porque, nas equações estimadas, nenhuma defasagem da variável dependente aparece como variável independente, como ocorreu em Sakurai e Gremaud (2007).

Usando mnemônicos adequados, o modelo proposto pode ser formulado reescrevendo a equação 1, na forma seguinte:

$$VD_{it} = \beta_0 + \beta_1.RECORCA_{it} + \beta_2.SUPERFIN_{it} + \beta_3.PDT_{it} + \beta_4.PSDB_{it} + \beta_5.PFL_{it} + \beta_6.PP_{it} + \beta_7.PSB_{it} + \beta_8.OUT_PARTIDO_{it} + \beta_9.PARTID_ESQ_{it} + \beta_{10}.MESMODOGOV_{it} + \beta_{11}.MESMODOPRESID_{it} + \text{dummies de ano cronológico} + f_i + v_{it} \quad (2)$$

em que VD representa genericamente cada variável de despesa selecionada, RECORCA é a receita orçamentária municipal e SUPERFIN é o resultado financeiro, podendo ser superávit ou déficit. As *dummies* de ano cronológico referem-se a cada ano do período analisado; f_i é o efeito específico do i -ésimo município da amostra; v é o componente de erro e t , cada ano da amostra.

Na equação 2, a inter-relação partidária é modelada de modo bastante simples, através de variáveis *dummies* de intercepto relativas aos partidos analisados, que assumem valor igual a 1 se o prefeito for daquele partido (por exemplo, PDT, PSDB, etc.) e 0 nos demais casos. A variável OUT_PARTIDO representa o conjunto dos outros partidos da amostra, agrupados nessa variável. A variável PARTID_ESQ é uma variável *dummy* que assume valor igual a 1 caso o prefeito seja de um partido considerado de esquerda e 0 caso contrário. A classificação partidária em direita ou esquerda foi utilizada em consonância com a proposta de Carreirão (2006) para o estado de Santa Catarina, alterando-se o caso dos partidos PMDB e PSDB, que haviam sido classificados por aquele autor como sendo de centro, mas aqui foram classificados como de direita para simplificar a separação ideológica a uma dicotomia. Além disso, em alguns casos, foram consultados os *sites* dos próprios partidos para dirimir possíveis dúvidas. MESMODOGOV é uma variável *dummy* que assume valor igual a 1 caso haja coincidência partidária entre o prefeito e o governador e 0 em caso contrário. Analogamente, MESMODOPRESID é uma variável *dummy* que assume valor igual a 1 caso haja coincidência partidária entre o prefeito e o presidente e 0 em caso contrário.

Considerando que só existem dados completos sobre 40 dos 92 municípios do estado, a aplicação do teste de Hausman vai ajudar a decidir se e como seria possível fazer inferências independentes da particular amostra de 40 unidades.

Nas inferências realizadas, há que levar em consideração especial o ano de 2000, visto que, além de ser um ano eleitoral, é também o ano de entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, que muito provavelmente influenciou a postura administrativa dos prefeitos.

Cabe observar a ausência da *dummy* do PMDB, a fim de evitar o problema de multicolinearidade perfeita, de modo que esse partido funciona como “partido de referência” na análise. Essa supressão não tem qualquer consequência relevante para o exercício empírico, e qualquer partido poderia ter sido tratado como “referência”. Uma providência análoga levou à retirada da variável *dummy* do ano 1998, que funciona como “ano de referência”.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados numéricos para o efeito eleitoral sobre as despesas, classificadas segundo a natureza e a categoria econômica, aparecem nas Tabelas 1 e 2.

Esses resultados são comentados apenas para um dos casos (fixo ou aleatório), escolhido conforme o resultado do teste, na última linha de cada tabela. A estrutura do argumento é semelhante nos dois casos. Na interpretação do teste de Hausman, na última linha das Tabelas 1 e 2, vale lembrar que a rejeição da hipótese nula indica que o modelo de efeitos aleatórios não é adequado, aceitando-se a hipótese alternativa (efeitos fixos) (JUDGE *et al.*, 1988, p. 490). No teste de Hausman, os p -valores são dados (assintoticamente) pelos z -valores da normal padronizada. A escolha do nível de significância para o teste de hipótese foi relativamente pouco exigente, estabelecendo o nível máximo de 5%.

Tabela 1 - Resultado das regressões: efeitos fixos e aleatórios

Variável independente	Variáveis dependentes			
	Despesa orçamentária		Despesa corrente	
	Fixa	Aleatória	Fixa	Aleatória
CONSTANTE	- 72,221	25,36	134,957*	124,38***
PREFEITO_PDT	- 41,446	10,422	250,750***	168,996***
PREFEITO_PSDB	96,698*	126,62***	25,924	- 55,73
PREFEITO_PFL	- 39,783	- 24,645	- 25,503	- 39,785
PREFEITO_PP	- 28,143	- 37,295	- 49,014	- 70,935
PREFEITO_PSB	- 49,742	7,317	213,585***	149,939**
OUTROS PARTIDOS	- 26,063	24,155	205,468***	94,521**
PARTIDOS DE ESQUERDA	23,060	3,249	- 245,382***	- 167,743***
PARTIDO PREFEITO = GOVERNADOR	- 21,292	- 29,785	- 11,684	- 14,292
PARTIDO PREFEITO = PRESIDENTE	- 134,701***	- 129,75***	- 69,181	-28,231
DUM_1999	- 37,423	- 36,965	12,926	12,154
DUM_2000	- 68,062**	- 62,696**	- 2,041	- 3,811
DUM_2001	- 64,049**	- 59,237**	9,108	- 3,858
DUM_2002	- 53,120*	- 46,695	- 59,509	- 73,213**
DUM_2003	- 26,786	- 18,775	32,576	23,301
DUM_2004	- 52,704*	- 46,414	16,704	6,675
DUM_2005	- 75,521**	- 60,542**	55,782	44,092
DUM_2006	- 21,510	- 3,774	126,059***	113,761***
REC. ORCAMENTARIA	1,032***	0,992***	0,767***	0,767***
RESULTADO FINANCEIRO	- 0,297***	- 0,244***	- 0,220***	- 0,210***
R2 ajust	0,989	0,990	0,972	0,972
Teste de Hausman (p-valor)	Efeitos aleatórios (p = 0,06)		Efeitos aleatórios (p = 0,13)	

Fonte: Elaboração própria.

Nota: ***, **, * Significâncias aos níveis de 1%, 5% e 10% respectivamente.

Tabela 2 - Resultado das regressões: efeitos fixos e aleatórios

Variável independente	Variáveis dependentes			
	Despesas com pessoal e encargos		Despesas com investimentos	
	Fixas	Aleatórias	Fixas	Aleatórias
CONSTANTE	388,439***	183,326***	- 207,769***	- 116,313***
PREF_PDT	- 2,200	16,061	- 270,241***	- 174,0***
PREF_PSDB	37,904	- 39,45	77,285	164,971***
PREF_PFL	- 26,485	- 9,049	- 13,985	- 0,996
PREF_PP	- 26,975	- 36,175	22,638	33,254
PREF_PSB	12,660	20,73	- 236,420***	- 157,193
OUTROS PARTIDOS	- 13,896	- 25,966	- 203,308***	- 81,531**
PARTIDOS DE ESQUERDA	- 34,207	- 33,242	247,858***	170,602***

continua...

conclusão.

Variável independente	Variáveis dependentes			
	Despesas com pessoal e encargos		Despesas com investimentos	
	Fixas	Aleatórias	Fixas	Aleatórias
PARTIDO PREF. = GOVERN.	- 14,200	- 9,244	- 6,917	- 11,584
PARTIDO PREF. =PRESID.	- 40,599	21,7	- 62,467	- 89,153**
DUM_1999	- 11,505	- 17,208	- 46,573	- 44,598
DUM_2000	- 18,101	- 41,286	- 49,654	- 40,431
DUM_2001	21,353	- 21,091	- 63,896*	- 39,583
DUM_2002	58,352**	9,244	18,682	45,356
DUM_2003	94,222***	53,036**	- 47,222	- 23,843
DUM_2004	101,675***	57,823**	- 53,013	- 28,815
DUM_2005	70,975***	20,308	- 126,568***	- 94,645***
DUM_2006	105,066***	44,109	- 144,956***	- 108,773***
RECEITA ORCAMENTARIA	0,242***	0,309***	0,248*	0,220***
RESULTADO FINANCEIRO	- 0,066**	- 0,037	- 0,053	- 0,062***
R2 ajust	0,946	0,919	0,802	0,793
Teste de Hausman (p-valor)	Efeitos fixos (p = 0,0000)		Efeitos fixos (p = 0,016)	

Fonte: Elaboração própria.

Nota: ***, **, * Significâncias aos níveis de 1%, 5% e 10% respectivamente.

Na Tabela 1, os resultados indicam que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os prefeitos gastam R\$ 0,99 em despesa orçamentária, sugerindo equilíbrio orçamentário. Além disso, gastam \$ 0,77 em despesa corrente, R\$ 0,24 em despesa com pessoal e investem R\$ 0,25. Já em relação ao superávit financeiro, observa-se uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, as despesas orçamentárias diminuem R\$ 0,24, as despesas correntes diminuem R\$ 0,21 e as despesas com pessoal e encargos diminuem R\$ 0,07. Em relação às despesas orçamentárias, não foram encontradas evidências significativas de efeito eleitoral, à exceção de uma redução significativa dos gastos em 2005 mostrando um provável ajuste de gastos em relação ao ano eleitoral de 2004. Para as *dummies* de partido, também não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário, à exceção do PSDB, que apresenta maiores gastos (R\$ 126,62 *per capita*) em relação ao PMDB. A coincidência partidária entre os prefeitos e o presidente apresenta relação inversa – semelhante ao resultado encontrado em Cossio (2001) para os estados brasileiros –, ou seja, pertencer ao mesmo partido do presidente significa redução dos gastos municipais, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre níveis de governo.

No que tange às despesas correntes, o teste de Hausman indica aceitação da hipótese nula, portanto a adoção do modelo de efeitos aleatórios (quinta coluna das Tabelas 1 e 2). Foram encontradas evidências estatisticamente significativas, mais especificamente uma elevação no ano de 2006. Esse foi um ano de eleições para presidente, governador, senador e deputado federal.

Para as *dummies* de partido, foram obtidos resultados estatisticamente significantes para o PDT, PSB e para o agregado “outros partidos”, cujos gastos correntes são, em média, superiores aos do PMDB, com R\$ 169,00, R\$ 149,94 e R\$ 94,52 *per capita*, respectivamente. Para os demais partidos não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Entretanto, tomados em conjunto, os partidos de esquerda reduzem seus gastos correntes (menos R\$ 167,74 *per capita*) em relação aos partidos de direita. Esse resultado é, em certa medida, algo inconsistente em relação ao caso de cada partido individualmente, já que PDT e PSB são partidos de esquerda.

Os resultados para as despesas com pessoal e encargos (colunas 2 e 3) e com investimentos (colunas 4 e 5) foram obtidos com o modelo de efeitos fixos e aparecem na Tabela 2. Em ambos os casos, conforme se vê na última linha da tabela, a rejeição da hipótese nula do teste de Hausman recomenda os resultados na segunda e na quarta colunas, que correspondem aos efeitos fixos. Para o caso de pessoal e encargos, pode-se observar impulsos positivos neste item da despesa para os anos

de 2004 e 2006 em relação aos anos imediatamente anteriores e posteriores. Entretanto, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB nesse item da despesa.

Já para as despesas de investimento, encontrou-se redução estatisticamente significativa nos anos de 2005 e 2006, sugerindo um provável ajuste em outros gastos em relação ao ano eleitoral de 2004. No entanto, o comportamento foi simétrico em relação ao que ocorreu nos gastos correntes. De fato, para as *dummies* de partido, os resultados estatisticamente significantes para o PDT, PSB e para o agregado “outros partidos” mostram que os gastos com investimento são, em média, inferiores aos do PMDB, com R\$ 270,24, R\$ 236,42 e R\$ 203,31 *per capita*, respectivamente. Para os demais partidos, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Entretanto, os partidos de esquerda gastam mais (R\$ 247,86 *per capita*) que os partidos de direita nas despesas de investimento *per capita*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até recentemente a utilização de dados da contabilidade governamental esteve ausente nos estudos sobre ciclos eleitorais, que normalmente tratam de agregados macroeconômicos ou de variáveis relativas às finanças públicas tradicionais. No presente estudo, a análise econométrica se apoiou em evidência empírica originada nas contas municipais fluminenses entre 1998 e 2006 e procurou verificar a influência do calendário eleitoral sobre o comportamento dos prefeitos fluminenses no período e de que forma esse comportamento se manifesta nas contas.

O estudo também contemplou uma dimensão metodológica, pois mostrou como um teste estatístico adequado – o teste de Hausman – pode apoiar a análise do efeito de ciclos eleitorais sobre as contas públicas nos municípios do estado do Rio de Janeiro. A discussão metodológica foi proveitosa na medida em que é frequente a dificuldade de obtenção de dados estatísticos sobre o setor público brasileiro, especialmente quando se trata de dados referentes aos níveis mais desagregados, como é o caso dos municípios. No caso fluminense aqui tratado, aliás, a amostra não pôde incluir todos os municípios oficialmente listados no estado do Rio de Janeiro.

O objetivo do trabalho foi alcançado, pois as equações estimadas indicaram que, para o conjunto dos municípios fluminenses, o calendário eleitoral exerce influência (estatisticamente) significativa sobre as despesas municipais, descontado o efeito específico do que ocorreu em cada município (a população, por exemplo). Nesse sentido, o artigo oferece uma visão do cenário eleitoral que permitiu avaliar o comportamento dos prefeitos por meio da evolução de variáveis contábeis e de variáveis políticas. Mais exatamente, a equação de regressão levou em conta, além das variáveis contábeis, variáveis relativas a aspectos político-partidários e eleitorais, além das *dummies* de ano cronológico, para reconhecer, quando coubesse, a influência do ano eleitoral.

Foram encontradas evidências de impulsos positivos sobre a despesa com pessoal e encargos para os anos de 2004 e 2006, indicando que essa é a variável que mais aumenta no período eleitoral. Os partidos de esquerda gastam menos em despesas correntes que os partidos de direita, mas gastam mais em investimento. Ademais, os gastos em investimento apresentaram significativa redução em anos pós-eleitorais, indicando a existência de ajustes fiscais pós-eleitorais de curto prazo. Vale notar que, dentro do grupo de esquerda, os prefeitos do PDT e do PSB (e o agregado “outros partidos”) gastam mais em despesas correntes e menos em investimento.

Os resultados também permitem inferir que os prefeitos fluminenses desempenharam importante papel nas eleições para os cargos de presidente, governador, senador e deputado federal (2002 e 2006), na medida em que realizaram, nesses dois anos, maiores gastos em algumas rubricas do orçamento público municipal, mostrando o potencial político das prefeituras fluminenses. Por fim, a coincidência partidária entre o prefeito e o presidente, ou o governador, apresenta uma relação inversa. Em outras palavras, pertencer ao mesmo partido do governador ou do presidente permitiu realizar redução dos gastos municipais, tendo em vista que tal redução poderia ser compensada por aumentos nos gastos realizados pelos níveis mais altos de governos parceiros. Nesse sentido, pode-se argumentar que houve evidências de manipulações eleitoreiras no sentido de fazer funcionar uma espécie de pacto de ajuste fiscal entre níveis de governo. Essa descoberta pode ser considerada uma contribuição empírica do trabalho.

Como sempre, restam algumas limitações que demandam atenção futura. Primeiro, a lista final de municípios ficou sujeita à completa disponibilidade de dados para cada unidade, um requisito forte que pode ser resolvido empregando-se recursos computacionais mais adequados. Segundo, o deflator implícito do PIB foi uma escolha tradicional e de fácil acesso, mas poderia ser substituído por algum índice mais apropriado ao orçamento público. Terceiro, embora a transformação para valores *per capita* possa servir para reduzir a presença de problemas de heteroscedasticidade, nenhum teste formal foi

realizado para detectar essa presença nos resultados finais. Quarto, a utilização de *dummies* de inclinação, em adição às de intercepto, teria ajudado a distinguir melhor os efeitos de certas variáveis. Isso traria, porém, o risco de diminuir os graus de liberdade, dada a rigidez fixada para o tamanho da amostra. Quinto, o comportamento dos prefeitos foi representado de forma muito singela: por exemplo, como resultado das contas municipais; em futuras aplicações pode ser interessante explorar variáveis psicológicas (comportamentais) mais eloquentes. Para finalizar, a inclusão de defasagens nas variáveis dependentes como variáveis explicativas teria possibilitado representar a estrutura temporal (a “dinâmica”) dos ciclos eleitorais e deveria ser explorada em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *Quarterly Journal of Economics*, v. 102, n. 3, p. 651-678, 1987.

ALESINA, A.; SACHS, J. Political parties and the business cycle in the United States, 1948-1984. *Journal of Money, Credit, and Banking*, v. 20, n. 1, p. 63-81, 1988.

AMARAL, G. F.; LIMA, D. V. A contribuição da Nova Contabilidade Pública sobre os efeitos dos ciclos políticos no Brasil. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO, 5., 2012, Salvador, BA. *Anais...* Salvador, BA: ANPAD, 2012.

AVELLANEDA, C. N. Municipal performance: does mayoral quality matter? *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 19, n. 2, p. 285-312, 2009.

BORSANI, H. *Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina (1979-1998)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

BRASIL. Tesouro Nacional. FINBRA – Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-aneis>>. Acesso em: 19 nov. 2014a.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições anteriores: informações sobre as eleições já realizadas no país (1994 a 2014)*. Disponível em: <www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em: 19 nov. 2014b.

CARREIRÃO, Y. S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.

COSSIO, F. A. B. O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos. *Economia*, v. 2, n. 1, p. 207-258, 2001.

FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M. S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. São Paulo: Ibmecc, 2006. (Working Paper, n. 16).

GALLI, E.; ROSSI, S. P.S. Political budget cycles: the case of the Western German Länder. *Public Choice*, v. 110, n. 3-4, p. 283-303, 2002.

HIBBS, D. A. Jr. Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, v. 71, n. 4, p. 1467-1487, 1977.

JUDGE, G. G. et al. *Introduction to the Theory and Practice of Econometrics*. 2 ed. New York: Wiley, 1988.

_____. *The theory and practice of econometrics*. 2. ed. New York: Wiley, 1985.

KALCHHEIM, C.; ROZEVITCH, S. Deficits in local government budgets in Israel: a reflection of political cycles and an expression of local autonomy. *Public Budgeting and Finance*, v. 10, n. 1, p. 67-77, 1990.

KENNEDY, P. *A guide to econometrics*. 4. ed. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1998.

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. *Economia Aplicada*, v. 5, n. 3, p. 601-622, 2001.

NASCIMENTO, L. S.; SANTO, S. P. E.; LUNKES, R. J. A composição dos gastos públicos da União: análise à luz da Teoria da Escolha Pública. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 34., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

NORDHAUS, W. The political business cycle. *Review of Economic Studies*, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

OLIVEIRA, K. V. et al. Um modelo de ciclos políticos na gestão pública fluminense: estudo empírico sobre municípios no período 1998-2006. 2009. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 31., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2009.

OLIVEIRA, K. V. *Os ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil para os municípios do estado do Rio de Janeiro – 1998-2006*. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PEREIRA, J. R. T.; CORDEIRO FILHO, J. B. Rejeições de prestação de contas de governos municipais: o que está acontecendo? *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 15, n. 1, p. 33-43, 2012.

PETTERSSON-LIDBOM, P. *A test of the rational electoral-cycle hypothesis*. Stockholm, Sweden: Stockholm University, Department of Economics, 2003 (Research Papers in Economics, n. 2003-16). Disponível em <http://ideas.repec.org/p/hhs/sunrpe/2003_0016.html>. Acesso em: 25 mar. 2014.

RIBEIRO FILHO, A. D.; MARCELINO, G. F. Os efeitos do período de transição governamental nas contas públicas: uma análise em municípios e nos estados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRJ, 2., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. *American Economic Review*, v. 80, n. 1, p. 21-36, 1990.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. *Review of Economic Studies*, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.

SAKURAI, S. N. *Political business cycles: procurando evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001)*. 2004. 79 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2004.

SAKURAI, S. N.; GREMAUD, A. P. *Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001)*. *Economia Aplicada*, v. 11, n. 1, p. 27-54, 2007.

SALVATO, M. A. et al. *Ciclos políticos: um estudo sobre a relação entre flutuações econômicas e calendário eleitoral no Brasil 1985-2006*. Belo Horizonte: IDHS/PUC-MG, 2007. (Working Paper, n. 01-2007).

SILVA, L. D. C. A relação entre os gastos públicos e o crescimento econômico: uma análise para os municípios paraibanos no período 2000-2008. 2012. 70 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SILVA, L. D. C.; CRUZ, M. S.; IRFFI, G. Gastos públicos e crescimento econômico: uma análise para os municípios paraibanos. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA – BANCO DO NORDESTE, 17., 2012, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2012/docs/sim1_mesa3_gastos_publicos_crescimento_economico_uma_analise_para_municipios_paraibanos.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2014.

SILVA, S. L. P.; FARONI, W. Ciclos político-orçamentários em municípios da zona da Mata Mineira – 2000/2008. *Revista Eletrônica da Universidade Potiguar*, v. 4, n. 1, p. 54-66, 2012.

SILVEIRA, B. S. *Dois ensaios sobre Economia Política*. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Ciclos político-econômicos nos municípios portugueses. In: CONFERÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL, 2., 2004, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Banco de Portugal, 2004.

_____. Political business cycles at the municipal level. *Public Choice*, v. 131, n. 1-2, p. 45-64, 2007.

VELOSO, G. O.; BORNHOLD, S. D. Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos (1995-2008). In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 15., 2012, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Anpec Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/encontroeconomia/download/mesas/AveriguacaoEmpirica.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

VICENTE, E. F. R.; NASCIMENTO, L. S. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, n. 14, p. 106-126, 2012.